



***EDUCAÇÃO INTEGRAL EM SEXUALIDADE NA PERSPECTIVA DAS
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: POSSIBILIDADES DIDÁTICAS A PARTIR DE
ESCREVIVÊNCIAS***

***EDUCACIÓN INTEGRAL EN SEXUALIDAD EN LA PERSPECTIVA DE
LAS RELACIONES ÉTNICO-RACIALES: POSIBILIDADES DIDÁCTICAS A
PARTIR DE ESCRIVIVÊNCIAS***

***COMPREHENSIVE EDUCATION IN SEXUALITY FROM THE
PERSPECTIVE OF ETHNIC-RACIAL RELATIONS: DIDACTIC POSSIBILITIES
BASED ON “ESCREVIVÊNCIAS”***

Luciana do Nascimento Dantas de Cesar¹

Meiri Aparecida Gurgel de Campos Miranda²

RESUMO

Este artigo tem por objetivo discutir possibilidades para uma Educação Integral em Sexualidade (EIS) voltada para as relações étnico-raciais, a partir de uma perspectiva feminina e negra concretizada na forma de escrevivências autobiográficas. Ao abordar aspectos sociais que contemplem as dimensões de sexualidade e conceitos-chave apontados pela Unesco (2019), buscamos trazer reflexões sobre o impacto do racismo na autoestima e autoimagem; relacionar elementos da Lei 10.639/2003 com a EIS e problematizar questões éticas envolvidas com as pesquisas médicas realizadas em populações negras. A metodologia utilizada foi a escrevivência autobiográfica da primeira autora, escrita criativa que considera e amplifica as vozes subalternas de mulheres negras. As reflexões realizadas evidenciam as potencialidades didáticas das vivências, enquanto recursos pedagógicos que utilizam a interseccionalidade para uma educação científica crítica. Conclui-se que é fundamental, para a autoestima dos/as estudantes, apresentar cosmopercepções africanas, reconhecer a intelectualidade negra, assim como os saberes tradicionais ancestrais.

¹ Mestra em Ensino e História das Ciências e da Matemática. Professora na Prefeitura de São Paulo, São Paulo, Brasil.

² Doutora em Ciências. Professora Associada da Universidade Federal do ABC, Santo André, SP, Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Decolonialidade. Ensino de Ciências. Educação para as Relações Étnico-raciais. Educação em Sexualidade.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar posibilidades para una Educación Integral en Sexualidad (EIS) centrada en las relaciones étnico-raciales, desde una perspectiva feminista negra materializada a través de *escrevivências* autobiográficas (experiencias de escritura-vida). Al abordar aspectos sociales que incluyen dimensiones de la sexualidad y conceptos clave señalados por la UNESCO (2019), buscamos reflexionar sobre el impacto del racismo en la autoestima y la autoimagen; relacionar elementos de la Ley 10.639/2003 con la EIS; y problematizar cuestiones éticas en investigaciones médicas realizadas en poblaciones negras. La metodología utilizada fue la *escrevivência* autobiográfica de la primera autora, una escritura creativa que visibiliza y amplifica las voces subalternas de mujeres negras. Las reflexiones evidencian el potencial didáctico de las vivencias como recursos pedagógicos que emplean la interseccionalidad para una educación científica crítica. Se concluye que es fundamental, para la autoestima de los/las estudiantes, presentar cosmovisiones africanas, reconocer la intelectualidad negra y valorar los saberes tradicionales ancestrales.

PALABRAS-CLAVE: Decolonialidade. Enseñanza de Ciencias. Educación para las Relaciones Étnico-raciales. Educación en Sexualidad.

ABSTRACT

This article aims to explore possibilities for Comprehensive Sexuality Education (CSE) with a focus on ethnic-racial relations, from a Black feminist perspective materialized through autobiographical *escrevivências* (writing-lived experiences). By addressing social aspects that encompass dimensions of sexuality and key concepts outlined by UNESCO (2019), we seek to reflect on the impact of racism on self-esteem and self-image; establish connections between elements of Brazilian Law 10,639/2003 and CSE; and problematize ethical issues surrounding medical research conducted on Black populations. The methodology employed was the first author's autobiographical *escrevivência*, a form of creative writing that centers and amplifies the subaltern voices of Black women. The reflections highlight the didactic potential of lived experiences as pedagogical tools that use intersectionality for critical scientific education. We conclude that it is essential, for students' self-esteem, to introduce African cosmovisions, recognise Black intellectual contributions, and value ancestral traditional knowledge.

KEYWORDS: Decoloniality. Science Education. Education for Ethnic-Racial Relations. Education in Sexuality.

* * *

Introdução

A palavra sexualidade abrange muito mais do que apenas as questões relacionadas com a reprodução, riscos e doenças. Ela inclui as “dimensões biológicas, sociais, psicológicas, espirituais, religiosas, políticas, legais, históricas, éticas e culturais que evoluem ao longo da vida” (Unesco, 2019, p.17). Neste sentido, em suas Orientações

Técnicas Internacionais, a Unesco propõe um trabalho de Educação Integral em Sexualidade (EIS), a qual é definida como:

[...] um processo de ensino e aprendizagem com base em um currículo sobre os aspectos cognitivos, emocionais, físicos e sociais da sexualidade. Tem por objetivo transmitir conhecimentos, habilidades, atitudes e valores a crianças, adolescentes e jovens de forma a fornecer-lhes autonomia para: garantir a própria saúde, bem-estar e dignidade; desenvolver relacionamentos sociais e sexuais de respeito; considerar como suas escolhas afetam o bem-estar próprio e o de outras pessoas; entender e garantir a proteção de seus direitos ao longo de toda a vida. (Unesco, 2019, p. 16).

Enquanto prática cientificamente válida, relevante socialmente, transformadora e adequada ao seu contexto (Unesco, 2019), no âmbito educacional brasileiro, torna-se fundamental um olhar que integre as questões étnico-raciais à Educação Integral em Sexualidade.

A escola, por apresentar práticas historicamente contingentes, também participa do processo de fabricação das subjetividades em suas identidades étnicas, de gênero, de classe, resultados das relações de desigualdades também presentes no ambiente escolar. Esta ação ocorre, por exemplo, através de silenciamentos ou de posicionamentos que contribuam para a manutenção das desigualdades sociais, porém mudanças são possíveis. É necessária a busca de (in)formações, de atitudes vigilantes e contínuas em relação às formas de produção e reprodução de discriminações, assim como esforços para desnaturalizar o “normal” que é imposto, inclusive através de materiais didáticos, de a humanidade padrão ser o homem, branco, cis, heterossexual e sem deficiência (Guacira Louro, 2014; Bárbara Pinheiro, 2023).

Diante do exposto, torna-se imprescindível para uma educação integral em sexualidade que ela seja, também, antirracista, ao compreender as construções sociais de identidade étnico-racial e de gênero presentes nas subjetividades. Michel Foucault (1988) considera que as normas e diferenças em relação à hetero/homossexualidade partem do momento em que a medicina cria o sujeito homossexual enquanto patologia, deixando de ser considerada enquanto prática e passando a ser identidade, ou seja, o heterossexual se afirma enquanto norma a partir da diferenciação e inferiorização do diferente. O mesmo ocorre com o/a branco/a que afirma sua identidade étnico-racial e seu lugar de privilégios a partir da negação da humanidade de negros/as e indígenas (Sueli Carneiro, 2023).

E, se de um lado temos as construções sociais que produzem a identidade branca pautada pelo sentimento de superioridade e arrogância cultural, do outro temos as identidades negra e indígena sendo inferiorizadas, tanto pela desvalorização das características fenotípicas, como pelo menosprezo cultural. Assim, os/as negros/as aprendem a inferiorizar a si e tentam se distanciar de sua negritude, com o desejo de se branquear para serem reconhecidos/as enquanto humanos, o que pode provocar o auto-ódio (Frantz Fanon, 2020).

A vulnerabilidade das populações negras e indígenas ocorreu por aspectos históricos, como a colonização e escravização, políticos e das condições de vida das populações negras e indígenas. O genocídio de ambos abrange a morte física e simbólica, sendo que a última inclui o “apagamento da memória, da ancestralidade, das contribuições para o desenvolvimento do país, da língua, da arte, dentre outros elementos” (Jean Tavares; Carlos Jesus Filho, 2020, p. 261).

Todos os fatores citados acima ocasionam sofrimentos que impactam diretamente na saúde mental e autoestima. Além do desgaste crônico relacionado ao racismo, que inclusive terá relação com a aprendizagem, sendo a depressão o principal transtorno relacionado às experiências de discriminação étnico-racial, o que pode levar ao suicídio (Tavares; Filho, 2020).

Diante de toda a problemática apresentada e considerando-se que as identidades étnico-raciais, assim como as questões de gênero e sexualidade, são construções sociais e elementos de identidade dos sujeitos, que interferem diretamente na formação de subjetividades, desejos e no relacionamento com o/a outro/a e com o próprio corpo e que sofreram manipulações ideológicas a partir de argumentos biológicos utilizados para justificar as desigualdades (Louro, 2014), é necessária uma educação que quebre com os silenciamentos. Uma educação em sexualidade voltada para as relações étnico-raciais precisa ser comprometida com os/as educandos/as em sua integralidade e estar disposta a questionar as construções subjetivas racistas e sexistas do imaginário coletivo.

Este artigo tem como objetivo discutir possibilidades para uma Educação Integral em Sexualidade voltada para as relações étnico-raciais, a partir de uma perspectiva feminina e negra concretizada na forma de escrituras autobiográficas. Ao abordar aspectos sociais que contemplem as dimensões de sexualidade e conceitos-chave apontados pelas “Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade” (Unesco, 2019) em diálogo com o combate ao epistemicídio, a partir do reconhecimento de contribuições negras voltadas para saúde sexual, buscamos trazer reflexões sobre o

impacto do racismo na autoestima e autoimagem; relacionar elementos da Lei 10.639/2003 que podem ser trabalhados na EIS e problematizar questões éticas envolvidas com as pesquisas médicas realizadas, pela branquitude, em populações negras.

Escrevivências enquanto metodologia

A escrevivência é uma escrita narrativa, transgressora, sensível, poética, criativa, que carrega consigo as subjetividades, discursos, traumas, desejos de mulheres negras. Criada pela escritora Conceição Evaristo, a escrita ficcional é capaz de emocionar e de ser relato histórico (Conceição Evaristo, 2020).

É uma forma de permitir a expressão de vozes subalternas, das mulheres negras historicamente silenciadas. A escrevivência é pautada na figura da mãe preta, cuidadora, que conta histórias e canta para os/as filhos/as dos/as senhores/as, ao invés de cuidar de seus/uas próprios/as filhos/as. Mãe que carregava muitos olhares, percepções, vivências, dores e não podia compartilhá-las (Evaristo, 2020).

A escrevivência dialoga com a Pedagogia das Encruzilhadas (Luiz Rufino, 2019), uma vez que rompe com os binarismos ocidentais de razão e emoção, corpo e mente, cérebro e coração. É o corpo feminino negro em sua integralidade que pesquisa, escreve, vive, sente e compartilha suas histórias, seus olhares. Em uma mudança de paradigmas na produção de conhecimento, na qual o corpo de mulheres negras passa de objeto da ciência para produtor de saberes que têm a sua intelectualidade reconhecida.

Saberes que, assim como a memória, não são individuais. São coletivos, construídos por muitas gerações e transmitidos nas sociedades tradicionais africanas pela oralidade, característica da escrevivência. Nas comunidades tradicionais são considerados/as especialistas aqueles/as que apresentam imersões experienciais, ou seja, só se conhece a partir do corpo, das experiências, uma vez que o corpo é suporte de saberes e memórias (Luiz Simas; Luiz Rufino, 2018).

Por ser uma escrita que tem como base a figura da mãe preta, a escrevivência é contaminada por corpos, vozes e sentimentos de mulheres negras, por isso intersecciona raça, classe e gênero. É um registro decolonial antirracista diaspórico que pretende romper com a imagem construída sobre as populações subalternas, uma maneira de rasurar o passado escrito sobre os/as negros/as sem sua participação. É, também, uma forma de afirmação de outras versões históricas que partem de um lugar social marcado

de corpos racializados para questionar as narrativas presentes na história oficial (Evaristo, 2020).

A escrevivência parte da reflexão sobre lembranças, que foram objetos de apagamentos históricos, silenciadas pelas “políticas de memória”, como o nome de ruas, o que é recordado nos currículos escolares, por exemplo. As memórias são importantes porque carregam consigo uma coletividade, que nas escrevivências promovem mediação com as vozes silenciadas que apresentam seus saberes plurais vividos, sentidos, concretos, valorizados. Devido à memória despertar sentimentos, dialoga com as filosofias africanas que, segundo Katiúscia Ribeiro (2022), apresentam a ideia coronária do sentir e assim valorizam as aprendizagens geradas a partir dos atravessamentos das sensações. Ailton Krenak (2020) considera que a memória é responsável pela consciência crítica de um povo, que precisa conhecer sua história, do ponto de vista dos/as seus/uas, para criticar as imposições ocidentais.

É importante ressaltar que a escrevivência permite que indivíduos subalternos tragam suas vivências e perspectivas (Evaristo, 2020) o que pode ser relevante para o debate sobre educação em sexualidade. Pois a diversidade de experiências enriquece o diálogo e contribui para uma abordagem mais inclusiva e contextualizada que vai ao encontro das Orientações técnicas da Unesco (2019). Este documento traz premissas fundamentais para embasar políticas públicas e práticas educacionais eficazes, que podem ser enriquecidas com experiências relevantes e adaptadas à realidade local.

A escrevivência pode auxiliar em uma EIS que seja inclusiva e respeite a diversidade de identidades de gênero, orientações sexuais e culturas, além de apresentar aspectos de representatividade, assim como uma forma de empoderamento e resistência negra, em que as educadoras possam romper com estereótipos prejudiciais e contribuir para uma sociedade mais igualitária e livre de preconceitos através da valorização da diversidade de experiências e perspectivas.

Metodologicamente, a escrevivência se aproxima de outras opções de pesquisa qualitativa, com foco em narrativas e experiências, como a autobiográfica. Na escrevivência, a professora, pesquisadora e mulher negra se misturam para a produção de conhecimento. Ou seja, a vivência não precisa ser superada na busca da objetividade científica, mas a subjetividade é parte importante a ser considerada na pesquisa (Fernanda Felisberto, 2020).

Outra diferença é ser uma metodologia decolonial, em que existe ênfase na experiência racializada de mulheres pobres, o fator classe econômica também é

considerado (Felisberto, 2020), diferente das pesquisas feministas, autobiográficas e relatos de experiência. Além da incorporação da memória coletiva, enquanto valor negro importante, sendo ainda uma combinação de vivência e resistência.

O presente artigo apresenta escrituras autobiográficas redigidas pela perspectiva pessoal da primeira autora deste trabalho e que serão relacionadas com questionamentos e possibilidades para uma educação em sexualidade em uma perspectiva voltada para as relações étnico-raciais e relacionadas com a Lei 10.639/2003. Para tal, foram selecionadas memórias que tiveram relação com a educação, sexualidade e racialidade, ou seja, relacionadas com a condição de mulher negra pobre.

Iniciamos com uma escritura criativa que é, na sequência, analisada à luz dos seguintes referenciais: Sueli Carneiro (2023); bell hooks (2020); Fátima de Oliveira (1995) e Guilherme Guimarães (2019). Posteriormente, apresentamos uma escritura sobre a educação em sexualidade vivenciada pela primeira autora, a qual é dialogada com Tavares e Filho (2020); Yonier Marin e Maurício Freitas (2023); Luiz Rufino (2019); Luiz Simas e Luiz Rufino (2020); Isabel Fonseca (2003); Nilma Gomes (2017) e com os Dados da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2018). Por fim, é realizada uma proposição de ações para uma EIS voltada para as relações étnico-raciais tendo como base a Lei 10.639/03. As escrituras serão apresentadas em itálico e intercaladas com as reflexões suscitadas.

Escritura intrauterina

“O útero de minha mãe é um lugar aconchegante, seguro, de amor. Logo quando cheguei tive um pouco de medo. Medo porque mamãe chorava insistentemente. Não porque não me quisesse, acho que ela irá me amar. Ouvi comentando com minha vizinha que ela tinha medo de morrer, que o doutor disse anteriormente: se você engravidar novamente, você morre! Sinto medo porque aqui já foi morada anterior de outro bebê como eu, que nunca irei brincar, será que a minha sorte será diferente? Eu não quero machucar a mamãe. A vovó me tocou através da mamãe. Encostou sua mão na barriga dela e falou comigo, cantou para mim. Foi o contato mais próximo que tivemos, o toque da pele sobre a pele, por entre as camadas da casinha que estou. Acalmou a nós duas. Contou de um sonho que teve com uma menininha linda, sua neta! Ela tinha a certeza de que eu iria nascer. Estou tão feliz, vovó sonhou comigo!”

Minha mãe tinha medo de morrer por conta da pré-eclâmpsia, que é identificada como parte de uma temática de uma EIS na perspectiva das relações étnico-raciais, enquanto doença gestacional com maior predisposição por parte da população negra. Com potencial de apresentação de hipóteses, a partir de fatos históricos, como de que a crueldade da branquitude, pode ter sido responsável de promover uma seleção artificial de pessoas negras com maior capacidade de retenção de sódio, a partir de relatos históricos de que os escravizadores, lambiam o suor dos/as escravizados/as, para identificar qual era mais salgado e teria mais chances de sobrevivência na travessia realizada nos navios, com más condições de alimentação e hidratação (Rui Póvoa, 2020).

“Aqui onde eu moro é quentinho. Às vezes balança muito, como quando minha mãe está no ônibus para ir ao trabalho. Eu não gosto de ônibus, é cheio, barulhento e balançador. Ela e o papai trabalham bastante. Às vezes ela chega cansada em casa, espero não estar pesando muito. Temos a sorte que sempre aparecem outras mães para ajudar, como nossa vizinha Alvina e nossa tia Catarina. Elas amam através do cuidar. Mamãe fica feliz ao chegar em casa e ter uma comidinha pronta, as fraldas de minha irmãzinha lavadas, um pano passado na casa. Elas conversam muito com a mamãe, sempre pedem para ela descansar. Mas ela não pára, está sempre trabalhando aqui e ali.”

Diante dos desafios impostos pela branquitude, de desumanização de corpos negros, a escrevivência identifica a importância do cuidado feminino negro com o coletivo, enquanto importante estratégia de sobrevivência. A escritora hooks (2020) nos ensina sobre o cuidado, uma demonstração de amor, como potência para a construção de uma outra sociedade, enquanto ato político de sobrevivência. O cuidado das mulheres negras com suas comunidades não é romantizado, a autora desafia a ideia de que o cuidado é uma responsabilidade exclusiva das mulheres e defende a necessidade de uma distribuição equitativa desse trabalho emocional, ao mesmo tempo, afirma que o cuidado autêntico comunitário pode contribuir para a transformação de estruturas opressivas e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (hooks, 2020).

“Só foi parar um pouco quando o homem de branco a obrigou. Ela está muito triste agora, a vizinha foi para o céu. Vozinha Maria, sinto sua falta, sinto porque jamais provarei da sua comida, do seu colo, do seu aconchego, do seu cheiro, das suas broncas, de suas histórias, mas sei que continua a cuidar de nós, eu prometo cuidar bem da mamãe, vou trazer alegria para que ela possa se recuperar. Durante a minha gestação, com quatro meses, minha avó Maria morreu atropelada. Porém, minha mãe contou com

outras mães pretas que a ajudaram, por conta da sua gravidez de risco, associada com a perda da mãe. Por ter que trabalhar, cuidar da casa e da família, sempre tinha uma mulher que vinha ajudá-la.”

O poder da comunidade, a solidariedade é o que tem mantido o povo preto vivo diante de tantos mecanismos do biopoder que, segundo Carneiro (2023, p.13), é o responsável por promover a vida da raça mais “sadia” e a morte da raça considerada inferior.

“Minha mãe desenvolveu hipertensão durante a sua primeira gravidez, uma das predisposições genéticas presentes em afrodescendentes, e por conta de sua condição sofreu um aborto natural, ficou com o corpo paralisado, perdeu parte de suas memórias, a base das escrituras, quase morreu. O médico a proibiu de engravidar, disse que morreria se acontecesse novamente. Ficou assustadíssima com a notícia que estava me esperando, porém, como ela era atendente de enfermagem na obstetrícia do Hospital do Servidor Público Estadual teve a sorte de conhecer o Dr. Marcos, que pesquisava sobre pré-eclâmpsia na gravidez. E assim como muitas mulheres negras, fomos objetos da ciência que historicamente utilizou-se de corpos negros femininos para a produção de saberes médicos, ignorando as concepções éticas destinadas a corpos brancos.”

Quis escrever, a partir de uma escrita ficcional e criativa, sobre o lugar que eu vim. O útero de uma mulher negra. Útero comum desvalorizado! Útero que já foi morada de uma gravidez que não foi para frente. Útero utilizado como objeto da ciência, porque fizemos parte de uma pesquisa médica sobre pré-eclâmpsia, assim como outras diversas mulheres negras objetos da ciência. Útero que depois foi descartado, desvalorizado, por conta de um mioma pequeno, tratamento que úteros brancos não costumam receber, uma estratégia de esterilização de mulheres negras para que o país continue com seu projeto de embranquecimento (Carneiro, 2023).

A partir da escritura é possível identificar também a produção de saberes médicos a partir de corpos negros femininos, tratados sem as devidas considerações éticas, como constatado pela pesquisa de Carneiro (2023), como parte do funcionamento do Dispositivo de Racialidade. A autora ao entrevistar Fátima de Oliveira³, médica maranhense, pesquisadora, bioeticista, militante feminista e antirracista, conclui que as políticas públicas voltadas para saúde sexual da população negra são marcadas por

³ A entrevista de Carneiro (2023) com Fátima de Oliveira encontra-se no livro: “Dispositivo de Racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser”, nas páginas 241 a 298.

problemas éticos, abandono e instrumentalização da vida, além de retorno restrito das pesquisas que utilizam na maioria corpos negros para esses grupos sociais.

Reflexões a partir da Escrevivência intrauterina

A escrevivência apresentada pode trazer reflexões para a EIS que apresentam potencial de discutir gravidez, pré-eclâmpsia, enquanto doença gestacional, papéis de gênero, atravessamentos de raça e questões de classe para alcançar uma educação de qualidade voltada para uma sociedade inclusiva e com igualdade. As Orientações da Unesco (2019) trazem em seu primeiro Conceito-chave: “Relacionamento” a temática: 1.3 Tolerância, inclusão e respeito, que dialoga diretamente com a escrevivência criada assim como o tópico Saúde sexual e reprodutiva do Conceito-chave: 8.1 Gravidez e prevenção da gravidez.

O racismo estrutural pode impactar em doenças, violências e condutas distintas por parte de profissionais de saúde e de segurança. Por exemplo, as pesquisas da médica, militante, pesquisadora e representante da Rede Feminista de Saúde, Fátima de Oliveira (1995) que, em seu livro: “Engenharia Genética: o sétimo dia da criação”, trouxe contribuições importantes para a bioética e discordou dos discursos deterministas existentes na década de 1990 que afirmavam que as doenças existentes em maior predominância na população negra, como a hipertensão, estavam relacionadas somente com predisposições genéticas. Pontuou sobre como as condições de vida e o impacto desproporcional de fatores ambientais podem ter grande influência sobre a saúde de comunidades de baixa renda, negras e indígenas. Oliveira atuou ainda nos direitos reprodutivos da população negra, temática também presente na escrevivência, ao relatar sobre a histerectomia. A médica foi responsável por identificar e divulgar diferenças em tratamentos médicos ginecológicos entre mulheres negras e brancas, como a histerectomia em casos pequenos de mioma (Carneiro, 2023).

Segundo Carneiro (2023, p. 13), o biopoder irá atuar de forma diferente de acordo com os gêneros. No caso dos homens, atua através da violência policial, seja pelo encarceramento em massa ou pelo genocídio de jovens negros assassinados pela polícia. Já com as mulheres, o biopoder atua através da negligência médica e da esterilização de mulheres negras, como a retirada de útero em casos que existem outros tratamentos médicos existentes.

Outro destaque da luta negra feminina é a médica Jurema Werneck que milita no combate às desigualdades étnico-raciais na saúde, criadora da ONG Criola, uma das principais organizações na luta pelo acesso à saúde para mulheres negras. Jurema iniciou sua militância quando se deparou com as atrocidades que ocorriam na Rocinha. Na favela do Rio de Janeiro presenciou centenas de mulheres esterilizadas sem justificativa, depois mapeou que o mesmo ocorria em outras favelas. Fundadora do projeto "Mulher Esterilizada" de acolhimento e orientação às vítimas, atuou como secretária-executiva da AMNB (Articulação de Organizações de Mulheres Negras), conselheira do Ministério da Saúde e atualmente é diretora-executiva da Anistia Internacional no Brasil, atuando inclusive durante a pandemia da covid-19 (Guilherme Guimarães, 2021).

Escritura sobre a educação em sexualidade

“Minha mãe conta que, quando ela menstruou, ficou muito assustada com o sangue. Assustou-se primeiro porque tinha sujado sua roupa, uma das poucas que tinha e por isso sentiu um medo muito forte de apanhar. As crianças pobres são ensinadas e cobradas desde cedo sobre o cuidado que devem ter por suas vestimentas, principalmente com aquelas que estão novas. E mamãe tinha sujado uma roupa boa, falta grave que teria consequências. Depois assustou-se porque achou que estava doente. Procurou sua mãe com medo que, ao invés de batê-la, disse apenas em tom sério: ‘nada de andar com meninos agora’. Minha mãe não entendeu a relação do sangue com os meninos, mas procurou ficar longe deles. Antes que eu menstruasse, ela se preocupou em prevenir que eu não passasse pela mesma situação de medo e ignorância que ela. Então, desde muito nova, ela me explicou sobre o sangue e me entregou um absorvente, caso acontecesse em um momento inesperado, como a escola.”

O silenciamento em relação à sexualidade e as questões étnico-raciais é muito negativo, uma vez que muitos/as jovens que estão próximos à fase adulta encontram-se em conflitos, com dúvidas e confusões sobre a sexualidade e as questões étnico-raciais, que podem ser pioradas pelo constrangimento ou silêncio de familiares e docentes (Unesco, 2019).

“Estudei em um colégio religioso, por isso não me recordo de ter momentos para conversar sobre sexualidade. Nem mesmo sobre o corpo. As freiras passavam nas salas para observar as temáticas que os/as professores/as estavam ensinando. Havia um

silêncio! Silêncio que também educa, traz concepções, medos e angústias ocasionados pela ignorância, uma vez que eu não tinha com quem conversar, tirar minhas dúvidas.”

As abordagens sociais de diversidade étnico-racial, sexual e de gênero precisam fazer parte da educação científica, para que os silenciamentos não contribuam para a naturalização e reforço de violências e discriminações (Yonier Marin; Maurício Freitas, 2023).

“Na escola ninguém queria brincar ou fazer grupo comigo, passei a ser extremamente tímida ou será que era silenciada? Os comentários sobre o meu cabelo e nariz fizeram com que a inferiorização internalizada fosse se constituindo dentro de minha psique, porque eu estava fora dos padrões de beleza esperados para o corpo feminino. Eu sentia, mas não conseguia verbalizar sobre as violências do meu processo de racialização, eu encarava as discriminações com naturalidade, não recorro de intervenções dos/as professores/as, mas lembro que foi libertador compreender sobre as imposições sociais de beleza.

Quando iniciei minha vida sexual contei somente com as orientações de minha psicóloga, que me alertou sobre uma gravidez não planejada. Fiz acompanhamento psicológico quando tinha uns vinte anos para tratar de uma depressão. Meu adoecimento teve diversos motivos, situações que fugiram do meu controle e que eu não consegui lidar, porém, um dos fatores principais foi a minha autoimagem negativa. Alicerce frágil, que se abalou conforme os imprevistos da vida. Construído desde a infância, marcada por ódio por ser quem era, construções subjetivas realizadas e pelas violências que sofri por conta de minhas características fenotípicas. Eu poderia ter me matado! Pensei e bolei planos algumas vezes. O racismo mata! Nos mata por dentro, faz com que odiemos ser quem somos.”

As experiências de discriminação étnico-racial e preconceito fazem com que a inferiorização seja internalizada, o que pode ocasionar o adoecimento manifestado através da depressão, drogadição, consumo excessivo de álcool e suicídio. De cada 10 jovens que comentem suicídio, seis são negros/as (Tavares; Filho, 2020). Segundo os autores, o racismo internalizado ocasionado por identidades étnico-raciais desvalorizadas tem relação com maior desenvolvimento de depressão e estresse crônico, além de afetar negativamente a autoestima, a identidade e o senso de pertencimento das pessoas.

Dados da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2018) identificam maior prevalência e crescimento de suicídios em adolescentes negros/as, sendo os riscos para jovens negros/as 67% maior do que adolescentes brancos/as e

indígenas, enquanto a taxa de suicídio de jovens brancos/as está estabilizada, a de jovens negros/as está em crescimento. Segundo dados do Observatório de Saúde de Populações em Vulnerabilidade (Brasil, 2018), as principais causas relacionadas com o suicídio em negros/as são: o não lugar, ausência de sentimento de pertença, sentimento de inferioridade, rejeição, negligência, maus tratos, abuso, violência, inadequação, sentimento de incapacidade, solidão e isolamento social, assim como a não aceitação da identidade étnico-racial e sexual.

“Até o ensino médio eu não me recordo de nenhuma aula sobre educação em sexualidade. Cursei Ciências Biológicas, por isso tive contato com disciplinas como fisiologia e anatomia, mas só sobre os aspectos biológicos, em uma perspectiva não crítica. Inclusive, recordo de alguns colegas brincando com órgãos sexuais durante as aulas de anatomia. Corpos negros despedaçados servindo mais uma vez à ciência, no caso, formação de novos/as profissionais. Lembro de, em uma das aulas, ficar com a dúvida se o formol, utilizado para conservação dos corpos, era responsável por deixá-los todos escuros. Não tive coragem de perguntar. Hoje sei que, apesar de o formol poder modificar a coloração, eram todos corpos de pessoas pretas. Corpos objetos, que nem todos/as os/as estudantes apresentavam respeito. E no meio dos diversos silenciamentos, dos/as professores/as e técnicos/as em não problematizar questões éticas dentro do laboratório, uma lição foi passada: corpos negros não merecem respeito.”

O racismo institucional que promove o desrespeito com corpos negros também pode trazer consequências para a autoimagem, autoestima e saúde mental. Pode ser relacionado também com pesquisas que identificam que, fora as doenças físicas como a hipertensão e diabetes ocasionadas pelo estresse crônico (Isabel Fonseca, 2003), presenciar a desumanização de corpos negros tem um impacto significativo na saúde mental desta população. O estigma étnico-racial, a discriminação e o preconceito podem levar ao desenvolvimento de doenças mentais, como depressão, ansiedade e transtorno de estresse pós-traumático (Tavares; Filho, 2020).

“Silêncio! Silêncio em casa! Silêncio na faculdade! Eu não tinha com quem tirar minhas dúvidas, após a morte de minha psicóloga, ela desenvolveu a síndrome pós-pólio. Cecília, presente! Silêncio que teve uma pequena quebra na semana do meu casamento. Recordo que a única orientação que recebi de minha mãe foi de sempre utilizar toalhinhas higiênicas após o sexo, que ela procurou em várias lojas, mas sem encontrar o que tinha em mente. Ela me entregou umas toalhinhas rosa, amarela, branca e laranja. Disse que em seu casamento sua irmã também a presenteou e explicou que eu deveria me

limpar com elas após o sexo. Demonstrações de cuidado passadas por gerações, pela oralidade para evitar infecções urinárias, que também podem demonstrar dificuldades de falar sobre o próprio ato sexual, sobre a dor e o prazer. Práticas que merecem cuidado, atenção e discussão, uma vez que existem trabalhos que defendem a higiene íntima até com utilização de sabonetes específicos e outros que são contrários, devido ao risco de efeito rebote ou por poder ocasionar enfraquecimento da microbiota da região vaginal, favorecendo o surgimento de novas infecções urinárias, como podem ocorrer com a utilização de produtos para higiene íntima.”

As questões subjetivas e psicológicas influenciam diretamente na saúde, autoimagem e sexualidade, por isso, a EIS pode ser uma ferramenta ou um momento para questionar os padrões de beleza hegemônicos, de reflexão sobre como o racismo e o colonialismo são destruidores de seres, o quanto provocam “desvios existenciais” (Rufino, 2019). A partir das escrivências aqui relatadas, podemos reconhecer que as questões de autoimagem podem promover doenças, como depressão e infecção urinária ocasionada por falta de lubrificação vaginal. Podemos também verificar sobre a importância dos cuidados em saúde.

“Fez parte da minha educação sexual a “Oficina de Educação em Sexualidade” da Universidade Federal do ABC (UFABC), ministrada pela Professora Meiri Aparecida Gurgel de Campos Miranda. Lembro que ouvi sobre a importância da lubrificação vaginal para prevenção de infecções urinárias. No meu caso, percebi que a autoimagem negativa, causada pelo racismo, que pode ocasionar tensões, vergonha e incômodos com o corpo, e consequentemente falta de lubrificação que podem ocasionar infecções urinárias.

Pela primeira vez, tive contato com uma formação de Educação em Sexualidade que estava se preocupando com aspectos além dos biológicos, que falou sobre silenciamentos e vigilâncias, sobre gênero, suas violências e diversidade sexual. A oficina foi muito importante para minha formação profissional e pessoal, uma vez que também vim de lugares de silenciamentos. Quando realizei a oficina, em 2018, não tivemos nenhuma atividade sobre educação em sexualidade antirracista, ou sobre a relação das questões étnico-raciais e a sexualidade. Porém, em 2023, fui convidada a falar sobre a temática. Estes relatos surgem a partir de minhas pesquisas e reflexões para esta fala.”

A “Oficina de Educação em Sexualidade” apresentou integração de abordagens sociais de maneira explícita no ensino de ciências e biologia, corroborando com Marin e

Freitas (2023, p. 10) que apontam para a necessidade de “[...] uma educação científica consciente com a complexidade do fazer científico e suas relações com os contextos sociais culturais dos cientistas e das escolas”. É importante considerar ainda o respeito à comunidade escolar, em relação a valores e crenças, uma vez que a EIS precisa ser adequada ao grupo com o qual se trabalha para ser efetiva (Unesco, 2019).

Reflexões a partir da escritura sobre a educação em sexualidade

As reflexões a partir da escritura apresentada possuem potencial para dialogar com a EIS nas temáticas: violências reprodutivas; autocuidado; desenvolvimento do corpo; corporeidade, autoimagem e autoestima; preconceitos, estigmas, violências, suicídio; resposta sexual e prazer; autoconhecimento e higiene íntima, que se relacionam com as Orientações da Unesco (2019) em seus Conceitos-chave: 1.3 Tolerância, inclusão e respeito, 2: Valores, direitos, cultura e sexualidade; 2.2 Direitos Humanos e sexualidade; 2.3 Cultura, sociedade e sexualidade; 6: O corpo humano e seu desenvolvimento e 6.4. Imagem corporal.

Não menos relevante do que auxiliar a autoestima de adolescentes e crianças negras a problematizar discursos e práticas de auto-ódio é educar as crianças e adolescentes brancos/as a não praticarem atitudes racistas, a problematizar as “sutilezas” do racismo no cotidiano e os privilégios da branquitude, como de “beleza universal”. Neste sentido, a proposta que apresentamos é de uma EIS que permita o desenvolvimento de atitudes e habilidades com valores positivos, como o respeito aos direitos humanos e à diversidade para relacionamentos respeitosos e saudáveis, atendendo ao que é estabelecido no documento da Unesco (2019), porém, com um compromisso declaradamente antirracista.

É fundamental que as vítimas de conflitos ocasionados pelo racismo e sexismo sejam tratadas em sua integralidade, assim como a prevenção por meio de práticas educacionais, uma vez que o binarismo ocidental de razão e emoção, mente e coração, saúde mental e saúde física, faz com que não enxerguemos o todo (Simas; Rufino, 2018). Afinal, as emoções também influem diretamente em nosso corpo físico, fazem parte dele, seja em descargas de hormônios como a adrenalina, pelo suor ou pelo coração acelerado. Por isso, a importância de uma educação em sexualidade que olhe para os/as estudantes como um todo, em sua integralidade, que problematize questões sociais em relação ao “corpo padrão” ao abordar sobre projetos de vida, drogadição, prevenção de gravidez não

planejada entre outras temáticas sobre o corpo, sexualidade e a saúde diretamente ligadas às construções sociais.

As relações entre a Lei 10.639/2003 e uma educação integral em sexualidade

Uma discussão que conecte diversidade étnico-racial e questões de gênero pode nos auxiliar a compreender os desafios nacionais para um trabalho com educação integral em sexualidade. O ensino de ciências tem ignorado as contribuições das discussões étnico-raciais para a genética molecular e para a estrutura genética de populações latino-americanas sobre a formação do povo brasileiro. Conforme estudos de DNA mitocondrial, muitos núcleos familiares se constituíram pela mestiçagem, principalmente com o incentivo de imigrantes europeus homens que tiveram filhos com mulheres negras e indígenas, muitas vezes por meio de violência e estupro, parte do projeto de apagamento de identidades e de branqueamento da população (Marin; Freitas, 2023).

Leslie Massicotte (2023), em uma pesquisa sobre o contexto dos Estados Unidos, ressalta que a sexualidade e o racismo têm se entrelaçado historicamente, na desumanização e estigmatização dos corpos negros, na violência das pesquisas médicas, na desigualdade das condições de acesso à saúde e aos métodos contraceptivos e preventivos de IST. A autora, com base nesta discussão, conclui que a educação em sexualidade escolar pode, ao ignorar aspectos étnico-raciais, reforçar o racismo que atravessa as questões da sexualidade.

A temática das relações étnico-raciais na EIS é uma maneira de cumprimento à Lei 10.639/2003 que torna obrigatório no âmbito de todo o currículo ensinar sobre: “estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil” (Brasil, 2003).

Ao propormos esta abordagem para as relações étnico-raciais na EIS, deparamo-nos com uma lacuna nas pesquisas e materiais de apoio para o trabalho com o tema, em fontes nacionais e internacionais (Amanda Whitten; Christabelle Sethna, 2024; Leslie Massicotte, 2023). Esta última autora elenca, em seu trabalho, algumas estratégias possíveis para uma EIS comprometida com as relações étnico-raciais: trabalhar com combinados entre os/as alunos/as (como contratos de convivência) que incluam preocupação em diferenciar opinião de fatos, em aceitar o desconforto como necessário

para o crescimento e que reconheça que a identidade e a trajetória pessoal são refletidas nas opiniões; trabalhar com estudos de caso culturalmente relevantes para o grupo; incluir dados e aspectos históricos que evidenciam a inter relação com questões étnico-raciais, entre outros.

Trazendo para a realidade brasileira, no Quadro 1, mostramos que é possível relacionar os elementos obrigatórios a serem ensinados em todos os níveis de ensino presentes na Lei 10.639/2003 com uma EIS voltada para as relações étnico-raciais. A organização do quadro se deu a partir da coleta de dados das escrevivências e das reflexões suscitadas em diálogo com o levantamento bibliográfico e com as dimensões da EIS, conforme as orientações presentes em UNESCO (2019).

QUADRO 1. Sugestões didáticas para uma Educação Integral em Sexualidade voltada para as relações étnico-raciais de acordo com a Lei 10.639/2003.

Temáticas	Elementos presentes na Lei 10.639/2003	Conceitos-chave presentes em Unesco (2019)	Conteúdo de ciências/biologia relacionados com sexualidade
Mestiçagem. Relacionamentos interracialis. Projeto de embranquecimento da população brasileira.	Formação do povo brasileiro.	Conceito- chave 1: Relacionamentos 1.3: Tolerância, Inclusão e respeito.	Genética molecular. Estrutura do DNA. Estruturas genéticas de populações latinoamericanas. DNA mitocondrial.
Resistência ao racismo científico de Juliano Moreira para provar que a miscigenação não era responsável por distúrbios psiquiátricos.	A luta dos/as negros/as no Brasil.	Conceito-chave 2: Valores, direitos, cultura e sexualidade 2.2 Direitos Humanos e sexualidade	Cruzamentos genéticos.
O cabelo crespo ou cacheado como elemento estético cultural de resistência. Problemática da máquina de produção do desejo de ser branco. Branquitude. Cabelo enquanto identidade. Autoestima.	Cultura Negra.	Conceito-chave 6 - O corpo humano e seu desenvolvimento, tópico 6.4. Imagem corporal.	Fenótipo e genótipo. Adaptações ao ambiente relacionadas com o cabelo crespo/cacheado.
Resistência de Jurema Werneck contra as desigualdades étnico-raciais dentro do sistema de saúde.	A luta dos/as negros/as no Brasil.	Conceito-chave 2: Valores, direitos, cultura e sexualidade 2.2 Direitos Humanos e sexualidade.	Saúde reprodutiva feminina. Direitos reprodutivos.
Estudos sobre cesáreas no Antigo Egito como as Casas de Vida de Kemet (Antigo Egito).	História da África.	Conceito-chave 8: Saúde sexual e reprodutiva	Desenvolvimento de cesarianas Tratamento de IST's.

		8.1 Gravidez e prevenção da gravidez.	
Luta de Fátima de Oliveira para garantia de direitos reprodutivos e de saúde da população negra.	A luta dos/as negros/as no Brasil.	Conceito-chave 2: Valores, direitos, cultura e sexualidade 2.2 Direitos Humanos e sexualidade.	Saúde reprodutiva.
Cosmopercepção de Ancestralidade.	Contribuições do povo negro.	Conceito-chave 2: Valores, direitos, cultura e sexualidade 2.3 Cultura, sociedade e sexualidade.	Genética, Heredograma.

Fonte: autoria própria

É importante que os/as estudantes negros/as desenvolvam autoestima e uma relação positiva com sua identidade étnico-racial e que se vejam representados na história das ciências, não só em fatos negativos e de opressão, mas também com o reconhecimento da produção científica negra e consequentemente da identificação de intelectualidade e da humanidade de povos não brancos (Pinheiro, 2023). Por isso, o Quadro 2 apresenta uma lista de contribuições negras para estudos e tecnologias relacionados à área da sexualidade. O critério para a seleção das invenções e pesquisadores/as negros/as foi sua relação com a sexualidade, sendo divididos em invenções e combate às IST.

QUADRO 2. Contribuições e personalidades negras relacionadas com a sexualidade.

Contribuições negras relacionadas com a sexualidade	Autoria
Teste de gravidez kemético a partir da cevada e emmer.	3.500 a.C egípcios
Invenção do Absorvente.	Mary Beatrice Davidson Kenner
Síntese química de progesterona, testosterona e cortisona que permitiu o desenvolvimento de anticoncepcionais.	Percy Lavon Julian
Desmistificação de que os/as mestiços/as (pardos/as) tinham doenças psiquiátricas ocasionadas pela miscigenação e contribuições sobre a Sífilis.	Juliano Moreira
Defesa de que as doenças de maior incidência na população negra têm fortes influências do racismo e não somente genéticas.	Fátima de Oliveira
Teste de sífilis.	William Augustus Hinton
Gel microbicida anti-HIV.	Quarraisha Karim
Combate ao HIV.	Francine Ntoumi
Cesarianas.	Povo Banyoro em Uganda, em 1879.
Contribuições na ginecologia, obstetrícia, diagnóstico de gravidez, contracepção.	Papiro Ebers

Utilização de cânhamo indiano durante o trabalho de parto por suas propriedades sedativas.	Parteiras bantos tradicionais
--	-------------------------------

Fonte: autoria própria a partir de Pinheiro (2021, 2020) e Silvério (2023).

O Quadro 2 apresenta possibilidades de combate ao epistemicídio ao incluir na educação científica, a partir da história das ciências, contribuições relacionadas com a sexualidade. Ele foi construído a partir dos livros da pesquisadora Bárbara Carine Pinheiro: “História Preta das Coisas: 50 Invenções Científico Tecnológicas de pessoas negras” (2021) e “@descolonizando_saberes: mulheres negras nas ciências” (2020). Também foi utilizado para construção do quadro o livro da pesquisadora Florença Freitas Silvério: “O Pensar Científico de Africanos e de seus descendentes” (2023).

Conclusão

É preciso o rompimento dos silenciamentos educacionais em relação à sexualidade e à racialidade para combater o racismo, sexismo, homofobia e transfobia que são opressões que tentam se camuflar, por isso precisam ser expostas e problematizadas. Uma EIS voltada para as relações étnico-raciais é fundamental, no contexto brasileiro, pois pode contribuir para o desenvolvimento da autoestima, do autocuidado, desmistificando estereótipos racistas e sexistas responsáveis por auto-ódio e imagem negativa de si, para que seja possível uma vida sexual saudável para todos/as os/as alunos/as.

Uma EIS voltada para as relações étnico-raciais pode ser também decolonial ao reconhecer a intelectualidade de pessoas negras e indígenas. Historicamente, a ciência tratou as comunidades não brancas enquanto atrasadas, imorais e as transformou em seus objetos de pesquisa. A partir da projeção de negros/as e indígenas em espaços de conhecimento é possível resgatar a autoestima dos/as estudantes não brancos/as e combater o racismo epistêmico.

É possível relacionar as questões étnico-raciais com a sexualidade e com conteúdos relevantes para uma educação científica crítica em conteúdos como: estrutura do DNA, estruturas genéticas de populações latinoamericanas, DNA mitocondrial, cruzamentos genéticos, fenótipo e genótipo, saúde reprodutiva feminina e direitos reprodutivos.

A partir das escrevivências foi possível identificar os seguintes temas para uma EIS: gravidez; cuidado e papéis de gênero; violências reprodutivas; autocuidado; desenvolvimento do corpo; corporeidade, autoimagem e autoestima; preconceitos, estigmas, violências, suicídio; resposta sexual e prazer; autoconhecimento e higiene

íntima, o que evidencia a conexão e as potencialidades didáticas das escrituras enquanto recurso pedagógico que utiliza a interseccionalidade para uma educação científica crítica e inclusiva em sexualidade.

Ainda, os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira determinados pela Lei 10.639/2003, a saber: “estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira, o negro na formação da sociedade nacional e as contribuições do povo negro” podem ser articulados com a EIS voltada para as relações étnico-raciais e com os conceitos-chave das: “Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade - Uma abordagem baseada em evidências” da UNESCO (2019).

O presente trabalho, ao discutir sobre as potencialidades de uma Educação Integral em Sexualidade voltada para as relações étnico-raciais, a partir de escrituras autobiográficas, é um ato de resistência em tempos reacionários, em que tentam silenciar debates sobre gênero e raça. Logo, a educação, mesmo diante de ataques, precisa assumir o compromisso de questionar sobre as opressões sociais para que elas não sejam normalizadas e reproduzidas.

Referências

BRASIL. **Lei no 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 01 out. 2023

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. ISBN 978-85-2672-6.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser fundamento do ser**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. 431 p.

EVARISTO, Maria da Conceição de Brito. A escritura e seus subtextos. In DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Org.). **Escritura : a escrita de nós : reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008.

FELISBERTO, Fernanda. Escritura como rota de escrita acadêmica. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Org.). **Escritura: a escrita de nós:**

reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade. A vontade de saber.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação.** Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

GUIMARÃES, Guilherme Henrique. **A teia que eleva mulheres.** Reportagem de ECOA UOL. Publicado em 10 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/jurema-werneck-a-teia-que-eleva-mulheres/#cover>. Data de acesso: 06 de dezembro de 2023.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas.** São Paulo: Elefante, 2020.

KRENAK, Ailton. **Vozes da Floresta.** Direção, roteiro, edição e entrevistas: Thiago B. Mendonça. Youtube, 14 de abr. de 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=KRTJIh1os4w&t=608s&ab_channel=LeMondeDiplomatiqueBrasil. Data de acesso: 19 de outubro de 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação.** Petrópolis: Vozes, 1997.

MARIN, Yonier; FONTINELE, Mauricio. Percepções de famílias sobre abordagens antirracistas e de diversidade sexual e de gênero na educação científica de estudantes no ensino fundamental. **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisa em ensino de Ciências**, Calda Novas, Goiás, 2023.

MASSICOTTE, Leslie M. Implementing anti-Racist Strategies in the Evidence-Based Sexuality Education Classroom. **American Journal of Sexuality Education**, 18(1), 149–169, 2022.

OLIVEIRA, Fátima. **Engenharia Genética: o sétimo dia da criação.** São Paulo: Editora Moderna, 1ª edição, 1995.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **@Descolonizando_saberes: Mulheres negras na Ciência.** 1. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2020. v. 1. 92p.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2023. 160p.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **História preta das coisas: 50 invenções científico-tecnológicas de pessoas negras.** 1. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2021. v. 1. 73p.

PÓVOA, Rui. Minieditorial: Características Clínicas da Hipertensão Arterial Resistente versus Refratária em uma População de Hipertensos Afrodescendentes. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 115, p. 40-41, 2020.

RUFINO, Luiz Rodrigues. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019. 164p.

SILVÉRIO, Florença Freitas. **O pensar científico de africanos e de seus descendentes nas ciências**. Salvador : EDIFBA. 2023. 59 p.

SIMAS, Luiz Antônio.; RUFINO, Luiz Rodrigues. **Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas**. 1 ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2018. 124p.

TAVARES, Jeane Saskya Campos; JESUS FILHO, Carlos Antonio Assis de. Saúde mental, vulnerabilidades e suicídio nas populações negra e indígena. In CORDEIRO, Rosa Cândida; OLIVEIRA, Washington Luan Gonçalves de; VICENTINI, Fernando (orgs.). **Saúde da população negra e indígena**. Cruz das Almas: EDUFRB, 2020. 282p.

UNESCO. **Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade: uma abordagem baseada em evidências**. França/Brasil: UNESCO, UNICEF, UNFPA, ONU Mulheres, OMS e UNAIDS Secretariat, 2019. 148 p. Disponível em: <https://coilink.org/20.500.12592/rtxwg6>. Data de acesso: 17 de novembro de 2024.

WHITTEN, Amanda; SETHNA, Christabelle. What's missing? Anti-racist sex education!. **Sex Education**, v. 14, n. 4, p. 414-429, 2014.

Recebido em abril de 2025.

Aprovado em julho de 2025.